

A reforma tributária dos presidenciais

Valor Econômico

Marcos Cintra – 10/09/2002

A reforma tributária gerou um falso consenso. Falso porque ainda que todos sejam a favor, cada interessado tem uma visão diferente do que deva ser uma “verdadeira reforma tributária”.

A melhor definição de uma “verdadeira reforma tributária” é a do vice-presidente do Comitê de Agronegócios da Câmara Americana do Comércio, Domério Nassar, que, ao apresentar a proposta de reforma tributária votada e aprovada no Conselho da AmCham afirmou o seguinte: “o ponto de partida é simplificar o sistema, impedindo a sonegação para ampliar a base de arrecadação, e diminuir a carga tributária individual sem sacrifício da receita total necessária à manutenção do superávit primário”.

Tomando-se esta definição como critério para avaliar a reforma tributária, as propostas dos presidenciais apresentadas no Caderno Eleições de 18 de agosto último na Folha de S. Paulo revelam que o país ainda está muito longe de alcançar real progresso nesta angustiante questão.

A análise das propostas considera apenas o texto apresentado no jornal, e irá considerar as respostas na ordem inversa de preferência dos eleitores, segundo o DataFolha.

A proposta de Garotinho é de longe a mais incompleta e superficial. Centra a reforma tributária na desoneração da exportação e do investimento produtivo. E propõe atingir este objetivo mediante a criação de um IVA que incorpore o ICMS, o IPI e “boa parte” das contribuições sociais.

Obviamente, trata-se de uma concepção muito pobre acerca do tema, pois não incorpora questões fundamentais como eficiência, competitividade, equidade, custos, sonegação etc. O IVA proposto, que deverá ser nacional, pois incorpora tributos da União e dos Estados, não irá muito longe na desoneração das exportações, pois a sistemática atual já desonera o IPI e o ICMS das exportações. Quanto à desoneração dos investimentos nada foi avançado acerca de sua forma de operacionalização, e nem quanto ao impacto que poderia causar na queda da arrecadação e seus efeitos no equilíbrio fiscal, a não ser uma vaga insinuação de que sua proposta deverá aumentar o crescimento econômico, e portanto, a arrecadação. Mas a alíquota do novo IVA terá que ser cavalgar para manter a receita constante, o que certamente irá aumentar a sonegação e aprofundar a iniquidade do sistema.

A proposta de Serra é mais ambiciosa. Busca neutralidade na arrecadação e a manutenção do federalismo fiscal. Porém é igualmente equivocada, principalmente ao sugerir que o ponto essencial será a retirada da cumulatividade do PIS, Cofins e da CPMF. E porque não a do Simples? E a do IR cobrado pelo lucro presumido? E a dos créditos do ICMS e do IPI não aproveitados na agricultura e nos serviços?

A proposta de Serra é a mais carregada de preconceito contra a cumulatividade, como se fosse esse o único defeito do atual modelo tributário brasileiro. Serra reclama da falta isonomia no tratamento preferencial dado às importações, e se esquece que a desoneração das contribuições cumulativas nas exportações é praticamente completa, pois já inclui o Pis-Cofins.

Ademais, a proposta de Serra provoca a questão, mas não avança a solução no tocante a como neutralizar o fato de que os importados chegam ao país com baixa carga de tributos indiretos e de contribuições sociais; mas a exportação nacional sai do país com enorme peso tributário, aliviada apenas do ICMS, do IPI e do PIS-Cofins. Todos os demais tributos são exportados, e não há indicação de como irá obter a propalada isonomia.

A proposta de Ciro é filosoficamente a mais bem embasada, porém a mais confusa e verborrágica. Serão cinco tributos (quais?) sobre o consumo e “sobre a apropriação especulativa do capital e da propriedade”. A meta é

simplificar, desonerar a produção, e ser mais progressiva.

Incidência básica no consumo e desoneração da produção são metas incompatíveis com um IVA (que aparentemente será um dos cinco tributos do modelo de Ciro!), e só são atingíveis com um imposto de renda exclusivamente de base consumo, ou alternativamente com um imposto de vendas a varejo. É isto que está sendo proposto? Não se sabe.

Vale lembrar ainda que a base consumo não é usualmente tida como progressiva, o que mostra certa inconsistência operacional do modelo. Ademais, os impostos sobre grandes fortunas são notórios fracassos em todo o mundo.

A proposta de Lula é simplesmente errada. Propõe simplificar, criar um IVA, retirar a cumulatividade, desonerar a produção, os investimentos e as exportações, além de introduzir maior progressividade.

Só que acabar a cumulatividade não simplifica, complica; e não desonera a produção. Criar um IVA não simplifica, complica; e ainda reduz a progressividade pelo aumento da sonegação e da evasão. Para desonerar exportações e investimentos não é preciso retirar a cumulatividade, e para desonerar a produção, os investimentos e a exportação só resta tributar o consumo, o que nos remete ao modelo de Ciro. A proposta é um prato de espaguete de contradições.

É angustiante o que os presidentiáveis estão dizendo. A reforma tributária, uma das maiores demandas para o Brasil, não está sendo tratada de modo sério e condizente para um país que necessita mudar radicalmente seu sistema de impostos para poder gerar empregos e renda.

Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque é professor-titular e vice-presidente da Fundação Getúlio Vargas.
e-mail: mcintra@marcoscintra.org
site: www.marcoscintra.org